



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º _____, DE 2019

(Da Comissão Externa – Ministério da Educação)

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, informações sobre o nível de execução do orçamento do Ministério da Educação.

Senhor Presidente,

Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 39/2019, de autoria do Deputado Eduardo Bismark, em reunião deste Colegiado realizada em três de setembro corrente, e com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Sr. Abraham Weintraub, o presente requerimento solicitando informações sobre o Orçamento do Ministério da Educação. Nesses termos, requisita-se informações sobre:

1. O valor executado na Educação Básica, discriminado por Programa Interno (PI) do Ministério da Educação, até 31 de Agosto dos seguintes exercícios: 2019, 2018 e 2017 (valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA); de forma que seja possível comparar os níveis de dispêndio ao longo do período nos diferentes Programas Internos do Ministério;
2. A porcentagem de execução do Orçamento do Ministério da Educação, em relação à dotação inicial estabelecida pela Lei Orçamentária Anual, até 31 de Agosto dos exercícios de 2019, 2018 e 2017, considerando: o conjunto agregado de dispêndio do Ministério da Educação, a discriminação por subfunções ajustadas e a discriminação por Programas Internos relacionados à Educação Básica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico

Apresentação: 03/09/2019 19:07

RIC n.1173/2019

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Externa tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, assim como a apresentação de seu planejamento estratégico. Entre as prerrogativas da Comissão está a de requerer informações que julgue necessárias para a consecução dos seus objetivos, incluindo a demanda sobre dados orçamentários do Ministério da Educação.

No mês de março, o governo federal realizou cortes no Orçamento para 2019, tendo o Ministério da Educação sido uma das pastas que mais foram atingidas, com uma significativa redução orçamentária.

Mesmo a educação básica, citada como prioritária pelo atual Ministro e pelo governo, sofreu bloqueio, no início de 2019, da ordem de pelo menos 2,4 bilhões em investimentos, segundo levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes). Mais da metade da dotação inicial para construção e obras em unidades da Educação Básica foi contingenciada, além de todo o recurso do Pronatec.

Segundo apuração jornalística publicada no dia 15 de julho de 2019 na Folha de São Paulo, até aquele momento não havido repasse para os estados e municípios para apoiar a implementação da educação integral. Na realidade, todos os fomentos específicos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) estavam com repasses zerados (foram de R\$ 129,4 milhões em 2018), ainda que não estivessem inclusos no contingenciamento de gastos do Ministério da Educação anteriormente anunciado. A matéria mostra ainda que “até abril, foram pagos R\$ 10,3 bilhões para a continuidade da construção de unidades municipais por meio do programa Proinfância. O valor representa 13% do executado no mesmo período de 2018”.

A reportagem apurou ainda que “repasse obrigatórios para alimentação e transporte escolar não foram interrompidos, chegando, na média dos dois, a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico

53% de execução, de um valor orçado de R\$ 2,6 bilhões” e que, segundo o MEC, as transferências relacionadas ao PDDE “estão em fase de preparação para liberação de pagamento”. É preciso haver esclarecimento público do andamento dessas avaliações no período desde a publicação da citada reportagem.

Nesse cenário, é fundamental compreender como tem evoluído a execução de despesas do Ministério da Educação em cada uma das suas ações, de forma a refletirmos nacionalmente sobre os impactos concretos das decisões orçamentárias. Por isso requeremos informações por Programa Interno (PI), particularmente da Educação Básica – etapa sobre a qual as informações veiculadas na imprensa são mais rarefeitas.

Requeremos tanto a informação de nível de despesa executada quanto do percentual executado em relação à dotação inicial, assim tornando possível elucidar quão distantes estamos em relação ao planejamento de gastos da Lei Orçamentária Anual. Para garantir que as informações estarão contextualizadas, solicitamos dados em relação aos anos de 2017 e 2018 considerando as execuções de 01 de janeiro a 31 de agosto (devidamente corrigidos por índice oficial de inflação).

Essas informações são fundamentais para um debate qualificado acerca das prioridades orçamentárias do Ministério da Educação, o que dialoga com os processos de elaboração do PPA, LDO e LOA que ora avançam na sociedade brasileira.

Sala das Comissões, de setembro de 2019.

Deputada **TABATA AMARAL**
Coordenadora